

Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário¹

Tourism as a Human Phenomenon: environmental, social and economic approaches of the communitarian tourism

*Carlos Alberto Cioce Sampaio*²

RESUMO: A temática do turismo tem sido estudada, sobretudo, sob a ótica das Ciências Sociais aplicadas. Utilizando-se também de referências bibliográficas das Ciências Ambientais, este trabalho objetiva discutir as dimensões histórica, econômico-administrativa, filosófico-social-política e ambiental do Turismo, entendendo-o como um fenômeno humano. O texto sugere a necessidade de se incorporarem ao debate científico tipos de racionalidade que não compartilham com a racionalidade utilitarista que, por sua vez, pode ser vista como indutora de impactos destrutivos do turismo junto às comunidades receptoras.

PALAVRAS-CHAVE: sociologia do turismo; política de turismo; critérios de racionalidade; ecodesenvolvimento.

ABSTRACT: This paper based on bibliographical references of Humanities, Environmentalism and Applied Social Sciences. It's objective suggests propositions that enlarges the understanding of Tourism. Methodologically, it incorporated in the scientific debate types of rationality in processes that share

1. O artigo sintetiza o livro *Turismo como fenômeno humano* (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005).

2. Pós-doutor em Ecosocioeconomia, pela Universidad Austral de Chile (UACH). Professor dos Programas de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Coordenador do Instituto LaGOE – Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento, com sede em Curitiba. Pesquisador do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Contato: rua Vereador Washington Mansur, 248/61 – 80540-210 – Curitiba-PR; e-mail: sampaio@furb.br.

new experiences which, not always, are necessarily used of the individualistic utilitarian rationality, originated from the estrangement of the benefits caused by the touristic activity to the receivable communities.

KEYWORDS: tourism's sociology; receivable communities; rationality.

Introdução

O turismo é um fenômeno que pode ser observado sob diversos contextos: o contexto histórico³, o econômico-administrativo, o filosófico-político-sociológico e o ambiental, além de outros que não estão sendo privilegiados neste estudo. Esses contextos são interdependentes, cada um interagindo com o outro, ora se complementando, ora se contradizendo. Nessa encruzilhada de relações, tem-se como objetivo analisar o tema turismo na sua complexidade sistêmica, ou melhor, como fenômeno humano.

Devido à incipiência da abordagem, espera-se que este trabalho (sobretudo o livro referenciado na nota 1) sirva de base para uma discussão mais aprofundada e direcionada. Isto é, a discussão está aberta, e não acabada!

O foco colocado no turismo, visto como fenômeno humano, justifica-se pela necessidade de se levarem em conta os interesses das comunidades receptoras no momento de se tomar decisões sobre diretrizes de políticas. Nesse sentido, pretende-se superar a ótica dominante das Ciências Sociais aplicadas, complementando-a com a das Ciências Ambientais. As Ciências Ambientais são mais que um novo campo de conhecimento perfeitamente delimitado; elas são uma utopia em construção, que tenta compreender melhor a relação entre sociedade e natureza (Abramovay, 2002). Espera-se que este esforço resulte em princípios para se pensar a ecossocioeconomia⁴ e sua prática sob a denominação turismo comunitário, isto é, turismo com base comunitária.

O conceito de turismo, sugerido pela Organização Mundial do Turismo – OMT, como deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a um ano, motivado por razões não-econômicas, requer uma reflexão (OMT, 2002). Embora a OMT apresente um novo conceito, as limitações persistem:

3. Espera-se que o fenômeno histórico dê conta, ao menos, de alguns aspectos da antropologia.

4. A ecossocioeconomia está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento. Pode-se dizer que, enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecossocioeconomia privilegia o enfoque metodológico-empírico (Sampaio, 2008).

El turismo se describe como las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros motivos, no relacionados con el ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado (2004).

Embora os limites temporais estabelecidos nessa definição também sejam polêmicos – discriminando excursionistas que passam o dia na praia ou os próprios moradores de uma grande metrópole (como no caso de São Paulo) –, deseja-se explorar as contradições das razões de sua motivação.

A motivação sugerida no conceito da OMT restringe-se a quem se desloca e não a quem recebe. Nesse sentido, deduz-se que as comunidades receptoras (e seus recursos naturais) teriam que estar à disposição de pessoas que se deslocam para seus territórios. Entretanto, não se tem dúvida dos esforços da OMT nas ações que possibilitam a melhoria da qualidade de vida das populações autóctones.

Não é por acaso que, atualmente, a atividade turística predominante em zonas costeiras, denominada turismo de sol-e-praia, ocasiona impactos danosos ao meio ambiente (comunidades receptoras e seus recursos naturais), em decorrência do planejamento e de sua gestão aprisionados na ótica economicista. Como exemplo, basta percorrer praias brasileiras com alta densidade de fluxo turístico nos meses de verão, como são algumas localizadas nos municípios de Balneário Camboriú (SC), Guarujá (SP) e Cabo Frio (RJ), e verificar as condições impróprias de balneabilidade. O chamado turismo de luxo provoca também impactos, muitas vezes invisíveis a olho nu, como a banalização ou a espetacularização da cultura das comunidades locais.

O que se quer evidenciar é que o planejamento e a gestão turística vigentes privilegiam quem se desloca – o turista –, e não quem o recebe – as comunidades autóctones. As comunidades, quando relevadas, são analisadas sob a perspectiva econômica reducionista (privilegiando resultados econômicos de curto prazo sob os socioambientais de médio e longo prazos), dimensionando apenas a infra-estrutura turística – acessos, estrutura urbana básica, equipamentos e serviços turísticos e de apoio – e recursos turísticos. Isto é, como mera comunidade receptora de fluxo turístico, muitas vezes decorada como ideal de vida aldeana (Grünwald, 2003).

O que intriga é que não se consideram sequer as conseqüências econômicas de longo prazo (externalidades) que prejudicam a própria viabilidade econômica do empreendimento turístico. Não é por acaso que as comunidades receptoras localizadas em zona costeira brasileira – muitas delas – estão sujeitas às condições inadequadas de balneabilidade e acabam afugentando os turistas; ou, ainda, tornando o turismo uma atividade empresarial predominantemente sazonal, restrita

aos meses de verão, sujeitando as comunidades a conviver nas demais estações do ano com o subtrabalho ou com o não-trabalho ou, mesmo, com a descaracterização da atividade principal – a pesca.

Os municípios de Bombinhas, Garopaba e Imbituba, todos localizados em Santa Catarina, estão sujeitos a enfrentar ou a viver tais dramas.⁵ Entretanto, os efeitos não são de todo ruins: quando pessoas, numa comunidade, oferecem leito para turistas em sua própria residência, geram uma alternativa de renda bastante razoável para as famílias, mesmo que, ainda, esse meio de hospedagem não seja considerado nas estatísticas oficiais do setor (Sachs, 2003).

Essa é, infelizmente, a lógica predominante do setor turístico: privatizar lucros de curto prazo e socializar prejuízos socioambientais de médio e longo prazos. Pode-se chamá-lo turismo de massa. Não se tem a pretensão de esgotar o assunto, mesmo porque a complexidade de análise é muito grande sobre o fenômeno. Contudo, faz-se necessário repensar o turismo de massa e, ao mesmo tempo, superar a cômoda condição de apenas criticá-lo.

Para isso, constrói-se uma base de conhecimento (sob forma de tentativa) transdisciplinar, que se denomina ecossocioeconomia, de modo que se possa pensar em uma prática de turismo de base comunitária, ou seja, de base local. Os problemas atuais são muito complexos e não são resolvidos de maneira disciplinar, isto é, por especialistas. Aliás, muitos desses problemas tornaram-se problemas exatamente por terem sido tratados de maneira (uni)disciplinar. O desafio da transdisciplinaridade é desfazer o feitiço que se tem pela especialização, na sua máxima racionalista, e, ao mesmo tempo, resgatar conhecimentos e sentimentos perdidos, reintegrando-os aos campos de saber diversos e possibilitando, assim, entender melhor os problemas (Max-Neef, 2005).

O texto está estruturado a partir de pesquisas teóricas e empíricas bibliográficas e de práticas intervencionistas realizadas no âmbito do Instituto LaGOE – Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento, com sede em Curitiba, e da Plataforma Virtual LaGOE da Universidade Regional de Blumenau (FURB), que congrega os Núcleos de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais (NEO) e de Políticas Públicas (NPP) dos Programas de Pós-gradua-

5. Verificam-se condições desfavoráveis de balneabilidade em alguns pontos de praias conhecidas do roteiro turístico catarinense, como são as praias dos Ingleses (Florianópolis) e de Garopaba, que apresentaram uma concentração de coliformes fecais de, aproximadamente, 9 mil/100ml de água (coleta em janeiro de 2001), isto é: nove vezes mais alta do que o índice de balneabilidade aceitável; ou, ainda, a Lagoa da Conceição (Florianópolis) e o Balneário Camboriú, que apresentaram uma concentração de coliformes fecais de, aproximadamente, 16 mil/100ml de água (coleta nos verões de 2000 e 2001), isto é, 16 vezes mais alta do que o índice de balneabilidade aceitável (Lins *et al.* In: Vieira, 2002).

ção em Administração e Desenvolvimento Regional, ambos cadastrados no CNPq, com a cooperação técnica do Curso de Graduação em Turismo, e científica dos Núcleos de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Observatório de Turismo do Paraná, coordenado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Instituto de Turismo e Centro de Estudios Ambientales (CEAM), da Universidad Austral do Chile (UACH), e contando com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

Espera-se que este estudo seja um passo importante na direção de um melhor entendimento sobre o fenômeno do turismo, isto é, que seja mais bem entendida a complexidade sistêmica entre deslocamento e permanência humana, parametrizada na dimensão espaço-tempo.⁶ O espaço é um conjunto indissociável de que participam, de um lado, o arranjo de elementos territoriais, naturais, econômicos, sociais e culturais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, isto é, a sociedade em movimento (Santos, 1994).

Turismo como fenômeno histórico

Aproximadamente, há 10 milhões de anos, surgia o antropóide⁷, o primeiro elo vivo do homem; entretanto, ele se assemelhava mais com os símios (macacos). Aproximadamente, há 4 milhões de anos, surgiam os primeiros hominídeos. Esses, sim, já eram mais semelhantes ao homem. No período conhecido como era glacial, aproximadamente entre 100 mil a 50 mil anos atrás, apareceria o *Homo sapiens*, ou seja, o homem com suas características atuais.

Num primeiro momento dos ciclos civilizatórios humanos, aproximadamente há 12 mil anos, ocorreram grandes ocupações em regiões prósperas com

6. A partir da teoria geral da relatividade e de suas derivações, selou-se o fim da idéia de tempo absoluto. Surgiam, então, as bases para se afirmar que o tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim que se combinam para formar um elemento chamado espaço-tempo. Para melhor compreendê-lo, utiliza-se o exemplo do paradoxo dos gêmeos: uma mãe deu à luz um par de gêmeos. Ambos viveram em lugares diferentes. Um viveu no topo de uma montanha e o outro viveu no nível do mar. O primeiro gêmeo envelhecerá mais rápido do que o segundo, isto é, ao se encontrarem novamente, um será mais velho do que o outro (Hawking, 2000: 59).

7. Subordem dos primatas que inclui os macacos e o homem. Eles apresentam cérebro grande e desenvolvido, face capaz de expressar emoção, olhos voltados para a frente, um par de mamas e dedos com unhas achatadas, são diurnos e vivem nas árvores ou no chão (Houaiss, 2001).

abundância de riquezas naturais, como a Mesopotâmia⁸. Esse período tornou-se conhecido pela formação de comunidades domésticas humanas que se contrapunham aos movimentos nômades. No âmbito das comunidades domésticas, pressupõe-se que existiam condições ideais para o surgimento das primeiras comunidades com características receptoras ao turismo (Morin, 1975; Toynbee, 1987; Weber, 2000; Chardin, 2001).

As comunidades domésticas se caracterizavam pela permanência humana num determinado lugar. A permanência humana, sem um grande rigor taxológico, constitui uma comunidade sexual duradoura, representada pelas famílias e pelas relações matrimoniais, e de vizinhanças que se mantinham por meio da convivência humana (Illich, 1976; Weber, 2000). Esse tipo de comunidade perdurou a partir da sociabilidade de seus membros e não para salvaguardar interesses individuais na posse de bens materiais. Para que a sociabilidade perdurasse, isto é, gerasse bem-estar social, era necessário realizar acordos, independentemente de estes serem de ordem tácita ou explícita (Polany, 2000).

Sob essa ótica, o turismo pode ser considerado como um acordo para possibilitar o deslocamento de pessoas entre comunidades. Podia-se acordar entre as comunidades interessadas, por exemplo, qual o número de viajantes permitidos para se alojarem nas comunidades receptoras. Além de acordos, a comunidade doméstica utilizava instrumentos para tornar melhor a vida de seus membros. O turismo, de certo modo, é um instrumento (necessita manuseio) que facilita o deslocamento humano, ou seja, pressupõe coordenação de algumas atividades, tais como hospedagem, refeições e entretenimento, para que o evento turístico ocorra.

Turismo como fenômeno econômico-administrativo

Num segundo momento, esse período civilizatório caracterizou-se pela predominância de fluxos econômicos entre comunidades domésticas. Economia é um termo que teve seu significado modificado ao longo dos últimos dois milênios e meio. A origem da palavra “economia” é grega e denominava o gerenciamento de uma casa, *oikos* – moradia (Huberman, 1978; Toynbee, 1987).

Atualmente, economia é um substantivo onipresente. Supera o gerenciamento do espaço doméstico (casa), típico das primeiras comunidades com características receptoras do turismo. Ela tenta, inclusive, gerenciar toda a vida humana. Em

8. Mesopotâmia significa terra entre rios, que, neste caso, refere-se aos rios Eufrates e Tigre. Atualmente, esta região pertence ao Iraque (*Enciclopédia Conhecer 2000*, 1995).

outras palavras, surge o agir econômico (racionalização técnico-produtivo-utilitarista), baseado no senso utilitarista hobbesiano (cálculo de conseqüências), que distorce o sentido de felicidade, a ponto de que esta seja sinônimo de se obterem bens (mercadoria), de forma a substituir as satisfações afetivas e, assim, correr-se o risco de ela se tornar escrava, tendo a necessidade material sempre crescente, para mascarar a insatisfação afetiva e o mal-estar de cada indivíduo (Marcuse *apud* Sachs, 1986; Hobbes, 2000; Sen, 2000; Bobbio *et al.*, 2000; Masi, 2000).

Entretanto, acredita-se que a desigualdade econômica não seja natural, e a competição econômica tampouco o é, ou seja, não é uma lei da natureza.⁹ Conseqüentemente, não se têm dúvidas de que o fenômeno turismo supera, na sua essência, a perspectiva de uma atividade utilitarista com feição econômica e compensatória aos seus efeitos: a neurose do excesso ou da pressão de trabalho (Mannheim, 1971; Dumazedier, 1999; Polany, 2000; Singer, 2002).

É necessário resgatar a percepção (visão de mundo) das comunidades domésticas, do que elas podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade); o desenvolvimento do espaço local, transformando-o numa comunidade que possa decidir o que ela quer ser, grande ou pequena, criando condições para tal no momento em que percebe sua vocação. No entanto, sem correr riscos de um localismo exagerado, afinal o local é um espaço em movimento, possuindo porosidade e a preocupação não está centrada em saber onde ele se inicia ou termina, mas nos arranjos dos elementos que o compõem (Sampaio, 2002). Está lançado um dos princípios para se pensar a ecossocioeconomia e sua prática, sob a denominação turismo comunitário.

Turismo como fenômeno filosófico-político-sociológico

A divisão de trabalho típica das primeiras organizações pré-capitalistas, surgida nos meandros da Revolução Industrial (século XVIII), na qual polarizou as forças do capital, de um lado, e do trabalho, de outro¹⁰, e, ao mesmo tempo, a discussão ainda emergente da tríade liberdade, igualdade e fraternidade, a partir da Revolução Francesa (século XVIII), contrapondo o Estado absolutista de traços hobbesianos¹¹, herdeiro de um feudalismo senhoril, supracaracterística do sistema

9. Apologia que se faz à teoria do evolucionismo, baseada nos princípios da seleção natural das espécies (Darwin, 2002).

10. Não se tem a pretensão de contradizer a teoria marxiana; entretanto, deseja-se apontar algumas perspectivas novas no debate sociológico.

11. Hobbes utilizou a metáfora Leviatã que, na mitologia, significa o monstro marinho do caos primitivo, mencionado na *Bíblia* para designar o Estado (Houaiss, 2001).

social e econômico da Idade Média (entre os séculos IX e XIII), não conseguiram reverter as patologias sociológicas que descaracterizaram as comunidades domésticas ocasionadas pela sobreposição da racionalidade utilitarista individual à valorativa coletiva (Hobbes, 2000).

É preciso retroceder no tempo e resgatar os valores da integridade verdadeiramente humana, discutida na filosofia clássica¹², tais como os que aqui estão sintetizados: intelectual, estético, moral e espiritual. A intelectualidade pode desvendar a complexidade sistêmica (interconectividade e transdisciplinaridade) da realidade, sem reduzi-la ou distorcê-la, para melhor compreendê-la. Esteticamente, deve-se revigorar o sentido da natureza, da beleza e da arte, afastando-se do consumo fútil. Moralmente, tem-se que instigar a solidariedade humana em detrimento da satisfação individual. E, espiritualmente, a unidade deve ser almejada de maneira que preencha o vazio deixado pela dimensão econômica nas relações humanas (Morris, 2004).

É necessário, também, resgatar a ação social com traços weberianos, a qual relaciona os elementos agente, meios e fins, e rediscuti-los, relacionando-os com a razão valorativa sob as óticas substantiva, paraeconômica, comunicativa e ambiental, com a mesma intensidade que, normalmente, se faz com a racionalidade utilitarista sob as óticas da burocracia, da economia e do determinismo pragmático (Mannheim, 1971; Habermas, 1989; Weber, 2000; Marx, 2000; Dewey *apud* Rohmann, 2000; Leff, 2001).

Faz-se necessário encontrar um tipo de ação social que possa melhor mediar os interesses das chamadas comunidades domésticas potencialmente receptoras com o *trade* da destinação turística, isto é, as comunidades têm o direito de decidir o que elas querem ser. Caso queiram ser uma destinação turística, podem estabelecer quais são os limites de carga do impacto ocasionado pelo *trade* turístico.

As ditas comunidades domésticas devem assumir uma ação compromissada, surgida da insatisfação moral (vácuo institucional) quanto à sobreposição de interesses individuais aos coletivos (Sen, 2000). Compromisso significa, por exemplo, que pessoas com interesses semelhantes, que normalmente competem, tendo em vista alcançarem alguma vantagem, abdicuem uma parte de sua vantagem na base de um acordo racionalizado (Mannheim, 1971: 78). Além de ser um estado de participação, é um sentimento de total responsabilidade na transformação da visão em realidade (Senge, 2001). É difícil imaginar que um pequeno proprietário de hotel não fique perturbado ao despejar o esgoto de seu estabelecimento no rio em que, por muitas vezes, nadou quando era criança.

12. Têm-se menções do filósofo Sócrates (Platão, 2000; Aristóteles, 1991, 2002); entretanto, não há nada escrito por ele, existindo, inclusive, uma discussão a respeito de sua real existência.

No entanto, não se quer cair nos riscos da ideologia fragilizada, do romantismo utópico e da generalização irresponsável, muito menos no risco do ceticismo negativo, da imobilidade paralisante e da especificação não-sistêmica. É necessário permitir flexibilidade no saber científico, de modo que se possa considerar a dimensão tácita de conhecimento¹³ (Polany, 1983).

Isto significa que, nas experiências de Agenda 21 Local e do Programa de Regionalização do Turismo, sucessor do extinto Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), deve-se levar em conta, além da diversidade de conhecimento racional encontrada entre sujeitos, uma significativa diversidade subjetiva de conhecimento encontrado entre sujeitos que compartilham das mesmas argumentações racionais.¹⁴ Sintetizando:

[...] a racionalização, muitas vezes, consiste em elaborar uma explicação que é mais uma justificação dos nossos atos do que a avaliação adequada dos motivos que os ocasionaram. Emprega-se esse recurso, geralmente, quando nossos hábitos de agir ou os nossos padrões de comportamento entram em conflito recíproco. O indivíduo, nesta situação, pode mentir conscientemente ou iludir-se com alguma explicação que lhe pareça satisfatória, embora inadequada ao acontecimento real (Mannheim, 1971: 57).

Pergunta-se: afinal, é racional para quem (Morgan, 1986)?

Turismo como fenômeno ambiental

A problemática ambiental evidencia-se a partir da consciência planetária das ameaças embutidas no projeto da civilização industrial-tecnológica, gerador das patologias socioambientais mais graves (Sampaio, 2000). Nestas discussões,

13. O conhecimento tácito ou, também chamado, extra-racional é um conhecimento de difícil mensuração racional; entretanto, não pode ser considerado como irracional (Dror *apud* Souto-Maior, 1988). A dimensão tácita do conhecimento é um modelo mental que existe no nível da consciência. Uma dimensão do conhecimento que se compartilha no âmbito local, nos simbolismos do saber local (Tuan, 1980; Polany, 1983). Valendo-se das idéias de Damásio (1996; 2000), a dimensão tácita do conhecimento existe nos níveis de consciência ampliada dos mais profundos que, aliás, é característica exclusivamente humana. O autor ainda afirma que a dimensão tácita do conhecimento é tão cognitiva quanto o são os sentimentos.

14. Negar o subjetivo é negar as diferenças, a individualidade do próprio homem. Em outras palavras, não existe a impossibilidade de julgar o subjetivo; o que existe, realmente, é o medo das conseqüências que pode ter tal discurso (Max-Neef, 1993). O conhecimento extraído do saber local e da dimensão tácita gera subsídios para a formulação de políticas públicas coladas à realidade e que, conseqüentemente, solucionam os problemas mais importantes, ditos estratégicos, do mundo da vida.

surgem várias acepções, fundamentalmente situadas entre dois pontos extremos – o preservacionista e o chamado novo naturalismo (Moscovici, 1992).

A concepção preservacionista, de maneira geral, prima pelo mito da natureza intocada, o qual presume o homem como um destruidor do meio ambiente, isto é, natureza e homem são conceitos dissociados, elevando a natureza como sujeito e, de certo modo, o homem como objeto. E o novo naturalismo sugere a relação homem-meio ambiente como simbiótica. Nessa perspectiva, fundamenta-se o enfoque sustentabilista do desenvolvimento (Diegues, 1996).

A temática do turismo, de certo modo, vem sendo muito mais discutida como uma atividade tipicamente econômica (chamada indústria do turismo) do que como uma atividade ecossocioeconômica, na qual surge a inspiração do turismo de base comunitária. A chamada indústria do turismo, certamente de fácil correlação com o projeto civilizatório industrial-tecnológico, sobrepõe a preocupação econômica às de cunho socioambiental. Sob essa perspectiva, prima-se pelo sujeito chamado turista e sua demanda por necessidades, em vez da população receptiva que, nas poucas ocasiões que são relevadas, é analisada sob a perspectiva de sua oferta de bens e serviços.

O turismo de base comunitária é um divisor de águas. Ele se baseia na relação dialética entre turista e comunidade receptora (e não na sobreposição de comunidade ao turista), ambos considerados agentes de ação ecossocioeconômica, repensando as bases de um novo tipo de desenvolvimento – regulando padrões de consumo e estilos de vida – e de um conjunto de funções produtivas e socioecológicas – regulando a oferta de bens e serviços, e seus impactos ambientais (Sampaio, 2005).

Entre as modalidades de turismo conhecidas, o turismo comunitário poderia ser confundido com três delas: turismo cultural ou etnoturismo (incluindo o turismo indígena), ecoturismo e agroturismo.

O turismo cultural se volta para a observação ou o convívio de estilos de vida tradicionais (Barreto, 2004). Mesmo podendo ser considerado como turismo cultural, o turismo indígena se restringe à observação ou ao convívio com povos de nações minoritárias, sujeitadas às histórias coloniais, mas com direitos que preservam sua autonomia (Ilo, 1991). Embora o termo “ecoturismo” esteja atualmente vulgarizado, a sua principal motivação para viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa (Scheyvens, 1999). O agroturismo refere-se a um conjunto de serviços requeridos por visitantes e turistas que desejam adquirir a experiência de conhecer a vida de uma pequena propriedade rural (Schaerer & Dirven, 2001; Oyarzún & Carcamo, 2001).

Embora o turismo comunitário tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que, *a priori*, não o diferencia

das três modalidades de turismo apontadas anteriormente, uma primeira característica que o diferencia é entender a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente, ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, o que poderia ser destacado como segunda característica, a qual promove, entre outras coisas, o que seria a terceira característica: a convivencialidade entre a população originária residente (inclusive, não descartando os domiciliados não-residentes, isto é, os donos de chácaras) e visitantes, incrustada em um arranjo socioproductivo de base comunitária, fomentando a relação social entre modos de vida distintos, que congregam saberes diferentes, a qual, na sua essência, supera a mera relação de negócios (baseada na maximização do ganho individual), de sorte a resgatar e reconstruir o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico, enfim, pela interconectividade entre os sistemas sociais e ecológicos (Irving & Azevedo, 2002; Coriolano & Lima, 2003; Sampaio, 2004; Sampaio *et al.*, 2006).

Turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Não se esperam experimentações ideais, mesmo porque se vive em mundo com tantas patologias. Espera-se, ao menos, que as experiências sobrevivam por certo período temporal e que venham a melhorar as perspectivas ecossocioeconômicas de populações autóctones. Nesse sentido, ilustram-se duas experiências precursoras, embora não estejam isentas de críticas, de modo que possa se pensar a ecossocioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário.

Associação Acolhida na Colônia (sede no município de Santa Rosa de Lima, SC)

Um exemplo de projeto que implantou o agroturismo baseado na agricultura orgânica e que, ainda, pode ser entendido como um arranjo socioproductivo de base comunitária (APL.Com¹⁵), é o caso da Associação Acolhida na Colônia, com

15. O arranjo socioproductivo de base comunitária (APL.Com) inspirada no enfoque ecodesenvolvimentista é um microempreendimento compartilhado, no qual se supera a competitividade utilitarista econômica e se privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação. Trata-se de agregar valor aos pequenos negócios e, assim, aumentar as possibilidades de sobrevivência socioempresarial diante de uma economia de mercado que se quer menos hegemônica. Acredita-se que esta outra economia se estabelecerá quando for dado aos socialmente descalços (excluídos) tratamento especial (Sachs, 2003; Sampaio, 2005).

sede no município de Santa Rosa de Lima (Estado de Santa Catarina – SC), com 2 mil habitantes, onde se destacava, predominantemente, o cultivo de tabaco.

O interesse de implantar o agroturismo na região se iniciou com a criação da Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). Dessa iniciativa, surgiram 36 agroindústrias familiares. Em seguida, foi criada a Associação Acolhida na Colônia, que, primeiramente, nasceu da necessidade de hospedar pessoas que vinham conhecer as agroindústrias da AGRECO. A Acolhida na Colônia promoveu a união e a organização de pessoas interessadas em promover o agroturismo.

A cooperação existente entre os associados foi um pressuposto-chave na implantação do agroturismo. Essa integração pode ser observada no intercâmbio de mercadorias entre os membros associados. Cada pequena propriedade rural possui uma especialização em um setor de produção orgânica. Portanto, os integrantes são vistos como sócios, e não como competidores na atividade do agroturismo.

A idéia da Associação é chamar a atenção do agricultor orgânico familiar para que não abandone sua atividade principal. A implantação do agroturismo deve ser um agregado; por isso não é a atividade principal. A Associação conta com três hospedarias e os demais associados alugam quartos em suas próprias residências. A Associação coordena as reservas de hospedagem e as distribui de forma igualitária para seus associados.

Entre os princípios que orientam o agroturismo difundido pela entidade nos arredores de Santa Rosa de Lima, podem-se destacar: (a) implantação do agroturismo de forma associativa e integrada (rotas e circuitos); (b) planejamento e execução dos serviços agroturísticos pelos agricultores orgânicos familiares; (c) concepção de que se trata de uma atividade que complementa a produção agropecuária orgânica; (d) ocorrência dos serviços de recepção e/ou de hospedagem em instalações já existentes, que são adaptadas para isso; (e) existência de disposição dos agricultores para trocar experiências de vida com os turistas; (f) garantia da qualidade dos bens e serviços; (g) oferecimento de preços acessíveis e justos; (h) valorização da cultura local e a preservação do meio ambiente (Acolhida na Colônia, 1999, *apud* Cabral & Scheibe, 2004).

Assim, o agroturismo é pensado de forma integrada. As hospedarias e as casas de agricultores que recebem turistas trabalham juntas, cooperando – e não competindo –, promovendo, inclusive, a troca de produtos (bens e serviços), além de haver uma distribuição justa de hóspedes, quando se contacta a central de reserva. Trata-se de uma tentativa para combater a visão somente econômica que, geralmente, prevalece na maioria dos projetos de turismo. Portanto, a idéia de implantar o agroturismo nos arredores de Santa Rosa de Lima consiste na busca pelo turismo rural campesino, e não comercial.

Prova disso é que o próprio estatuto da Associação regula as hospedarias e as pretensas ampliações dos empreendimentos. Cada propriedade não pode receber mais de 20 pessoas por dia nem construir mais de duas unidades de hospedagem por propriedade. Essas atitudes, de certa maneira, visam a regular o crescimento da atividade, dando sustentabilidade ao setor.

Alguns resultados estão sendo observados, tais como a necessidade de algumas hospedarias contratarem mão-de-obra externa (fora do ambiente familiar) para ampliar sua atividade; em relação à geração de renda, a existência de propriedades nas quais as receitas do agroturismo representam cerca de 60% da renda familiar nos meses de maior movimento (Tosan *et al.*, 2002); e, quanto à modalidade de agroturismo implantado, a observação de que o turismo, inicialmente de convivência, está se transformando em turismo de hospedagem, isto é, os turistas não estão somente querendo conhecer a experiência, mas também utilizar os meios de hospedagem, o que pode se tornar um risco para a caracterização do modo de vida rural campesino.

Turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (Beberibe, CE)

A Prainha do Canto Verde é um lugarejo de pescadores e rendeiras, com cerca de 1,2 mil habitantes, localizado no município de Beberibe, próximo à capital do Estado do Ceará, Fortaleza, na região do Nordeste brasileiro. Diante de uma luta comunitária contra a grilagem de suas terras, foi criada, em 1989, a Associação Comunitária do Canto Verde. Desde então, ela vem combatendo também outros problemas na área: pesca predatória, especulação imobiliária, turismo de massa e falta de apoio do governo estadual, tendo obtido apoio de Organizações Não-governamentais – ONGS, muitas delas, inclusive, criadas a partir das demandas reclamadas pela comunidade (Mundim, 2004).

O que vem chamando a atenção na área é a implantação de um turismo responsável socialmente, para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores e, ao mesmo tempo, para preservar os valores culturais e as belezas naturais da região.

Esse projeto de turismo foi organizado pelo Conselho de Turismo, criado em 1997, que, por sua vez, está vinculado à Associação Comunitária do Canto Verde. Além desse Conselho, existem outros, os de Educação, Saúde, Terra, Pesca e Artesanato, todos vinculados à Associação Comunitária. O Conselho de Turismo se dinamiza por meio da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde, que coordena as atividades turísticas e as organiza em pequenos empreendimentos coletivos e individuais, tais como pousadas, casas e quartos

de aluguel, barracas de praia, passeios de *buggy* e lojas de artesanato, como um APL.Com. Inclusive, uma das pousadas é de propriedade da própria Associação, e as demais são individuais. Todos os empreendedores são oriundos da própria comunidade; portanto, não há investidores externos e os lucros permanecem na própria localidade, diferentemente de outras localidades próximas: Prainha, Praia das Fontes e da Tabuba, onde predomina o chamado turismo de massa, baseado respectivamente na rede hoteleira e no conjunto de residências secundárias (habitações cujo uso é eventual pelos proprietários). A cooperativa, até então informal, surgiu com o intuito de possibilitar um complemento na renda familiar dos moradores, em consequência das dificuldades da pesca artesanal¹⁶ (Coriolano & Lima, 2003).

A Prainha recebe basicamente turistas, como pesquisadores, inclusive estrangeiros, famílias e parentes dos moradores. Consideram-se como atrativos locais o luar, as casas típicas de pescadores, a pesca comercializada na própria praia, ou seja, o próprio modo de vida (Coriolano & Lima, 2003), isto é, estratégias comparativas pouco percebidas na maioria dos planejamentos turísticos elaborados de maneira tecnicista.

A atividade turística se iniciou com famílias que puderam, com recursos próprios ou tomando empréstimo de um fundo rotativo de recursos da Associação Comunitária, construir quartos e pousadas. As pessoas que não se beneficiam com a atividade turística acabam se beneficiando, entre outras coisas, de um Fundo Social e de Educação, mantido parcialmente por repasse de recursos da Cooperativa de Turismo e Artesanato. É uma maneira de atuar contra a desigualdade de oportunidades (IVT, 2004).

A atividade turística não é planejada de maneira setorial, como geralmente são os planos turísticos. Além de possuir função subsidiária, assumidamente de pequena escala, e complementar à economia da comunidade, o turismo tem papel na conservação do ambiente cultural e natural, isto é, sua gestão assenta-se na autorregulação comunitária. Porém, os desafios não são pequenos, como em qualquer outra experiência. Ressalta-se o desrespeito de alguns cooperados, que tentam obter vantagens individuais; a necessidade freqüente de sensibilizar a comunidade para que ela se identifique como parte de todo esse processo, tanto na identificação de problemas como nas suas soluções; e a falta de reconhecimento e apoio por parte dos órgãos de turismo e governamentais (Mundim, 2004).

16. A Prainha do Canto Verde já coleciona duas premiações: (1) Prêmio *To Do*, versão 1999, por ter sido considerado projeto de turismo socialmente responsável; e (2) Touro D'Or 2000, por melhor filme documentário sobre turismo comunitário (Coriolano & Lima, 2003).

Considerações finais: turismo como fenômeno humano

A temática do turismo deve ser tratada mediante um enfoque complexo-sistêmico, diferentemente do que quase sempre se verifica nos estudos teóricos, metodológicos e empíricos inseridos nas Ciências Sociais aplicadas. O objeto turismo, como outros, transcende a perspectiva disciplinar de um especialista, mesmo que este tenha boa vontade. Não se trata de um embate entre o específico e o genérico, mas sim da distorção do fenômeno turismo. Distorções também ocorrem na temática da administração que, aliás, é o berçário do enfoque tradicional do turismo, pois ambas as temáticas, muitas vezes, também tratam hipóteses como se fossem realidades já verificadas, resultando em modelos dedutivos incompletos que, muitas vezes, são tidos como modelos acabados.

Explora-se o turismo como um fenômeno humano¹⁷, isto é, mais totalizante do que um fenômeno apenas predominantemente cultural¹⁸, para poder escapar da perspectiva do lazer e da cultura condicionados pelo utilitarismo econômico vigente. Valendo-se desse pressuposto, espera-se superar o reducionismo economicista da chamada indústria do turismo ou do denominado turismo de massa.

O turismo é causa-efeito de uma dinâmica humana, entre deslocar-se e permanecer. Novos modos de ação humana surgem, concomitantemente, quando modos de agir tradicionais estão desaparecendo. Cria-se, a partir daí, um *gap*, uma lacuna que deve ser preenchida. Assim, é necessário incorporarem-se ao debate científico outras racionalidades, além da utilitarista econômica, onde possam emergir saberes locais e a dimensão tácita do conhecimento, incutidos nas comunidades autóctones, mesmo se estes últimos ainda forem de difícil verbalização.¹⁹

O que se vislumbra neste trabalho é iniciar uma discussão mais ampla para o fenômeno turismo, baseado nas perspectivas histórica, econômico-administrativa, filosófico-político-sociológica e ambiental, que são raramente inter-relacionadas. Diante deste debate, deseja-se propor princípios da ecossocioeconomia e de sua prática, sob a denominação turismo comunitário, que podem contribuir para melhor entender os problemas ocasionados pela desconexão de interesses entre

17. Parafrazeando o livro *O fenômeno humano*, de Pierre Teilhard de Chardin (2001).

18. Quando o homem está amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu (Geertz, 1978). A exemplo, cita-se o equívoco de distinguir a espécie humana em raças branca, preta e amarela que, sob qualquer circunstância, não é um fenômeno científico, mas, sobretudo, cultural (Cavalli-Sforza, 2003). São Tomás de Aquino (2000) já antecipava este mal-entendido: “[...] a negrura da pele está no habitante da Etiópia devido à mistura dos elementos do seu organismo, e não em razão da alma [...]” (p. 51).

19. Damásio (1996, 2000) apontou que a dimensão tácita do conhecimento possui elementos de precognição e que se desenvolve a partir do subconsciente.

comunidades receptoras e o *trade* turístico. Podem-se sugerir quatro princípios: valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; geração de trabalho e renda, sob a perspectiva de modos de produção e de distribuição mais associativistas; revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado distanciado do racionalismo utilitarista; e utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais (Sampaio, 2005).

Enfim, a atividade turística pode estar relacionada com o descobrir o outro e a relação física com o planeta, em vez de um trajeto sonâmbulo guiado num mundo semifantasma de folclores e monumentos. A diversão contemporânea mantém o vazio que ela quer evitar (Morin, 1995). Para operacionalizar-se a ecossocioeconomia, por um lado sugere-se a denominação turismo de base comunitária, baseada na descoberta ou na experimentação de outros modos de vida que superem a hegemonia da sociedade de mercado. Por outro lado, não se quer substituir um pelo outro! Deseja-se que haja diversidade de modos de vida. Não se deseja que tudo seja tão igual no planeta, a ponto de se ter que olhar para uma placa turística para saber em que país se está (Max-Neef, 1997).

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. (Org.). 2002. *Construindo a ciência ambiental*. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- ARISTÓTELES. 2002. *A ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret.
- . 1991. *A política*. São Paulo: Martins Fontes.
- BARRETTO, Margarita. 2004. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. 2000. *Dicionário de política*. Brasília: UnB.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. 2003. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARDIN, Pierre Teilhard de. 2001. *O fenômeno humano*. São Paulo: Cultrix.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. & LIMA, Luiz Cruz (Org.). 2003. *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE.
- CABRAL, Luiz Otávio & SCHEIBE, Luiz Fernando. Considerações sobre o agroturismo e sua dinâmica espacial com base num estudo de caso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: as políticas públicas e ações privadas para o turismo rural, 2004. *Anais...* Joinville, SC, 2004.
- DAMÁSIO, Antônio R. 1996. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- . 2000. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DARWIN, Charles. 2002. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- MASI, Domenico de. 2000. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante.
- DIEGUES, Antonio Carlos. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- DUMAZEDIER, Joffre. 1999. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva; SESC.

- ENCICLOPÉDIA CONHECER 2000. 1995. *Da pré-história à idade média*. São Paulo: Nova Cultural, v.10.
- GEERTZ, Clifford. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GRÜNEWALD, Rodrigo. 2003. Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 20, p. 141-159, out.
- HABERMAS, Jürgen. 1989. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HAWKING, Stephen W. 1988. *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HOBBS de Malmesbury, Thomas. 2000. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores).
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HUBERMAN, Leo. 1978. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ILLICH, Ivan. 1976. *A convivialidade*. Lisboa: Europa-América.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. 1991. *Convention concerning indigenous and tribal peoples in independent countries*. ILO, n. 169, 72 ILO Official Bill, 59, sep. 5, article 1. Basle: ILO.
- IRVING, Marta & AZEVEDO, J. 2002. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.
- INSTITUTO VIRTUAL DE TURISMO – IVT. 2004. *Benchmarking da Prainha do Canto Verde*. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/9/benchmark/bench1.htm>>. Acesso em: 30 set.
- LEFF, Enrique. 2001. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- MANNHEIM, Karl. 1971. *Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia*. São Paulo: Pioneira.
- MARX, Karl. 2000. *O capital: crítica da economia política*. v. 1. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores).
- MAX-NEEF, Manfred. 1993. *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones*. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES.
- . 1997. Orientaciones para un desarrollo sustentable del turismo en el medio rural. In: ESPINOSA, Pablo Szmulewicz. *Agroturismo y turismo rural en Chile*. Valdivia: UACH.
- . 2005. Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*, n. 53, p. 5-16.
- MORGAN, Gareth. 1986. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.
- MORIN, Edgar. 1975. *O enigma do homem: para uma nova antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MORRIS, Tom. 1998. *A nova alma do negócio*. Rio de Janeiro: Campus.
- MOSCOVICI, John. 1992. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Re-lume-Dumará.
- MUNDIM, Rodrigo Sousa Alves (Org.). 2005. *Laboratório de gestão em organizações que promovem o desenvolvimento sustentável (LaGOE): sociologia do turismo*. Edital 006/2003 – Cidadania, Fundação de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC. Blumenau: Núcleos de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais e de Políticas Públicas dos Programas de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau. Relatório.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO – OMT. 2002. *Desarrollo sostenible del turismo*. Disponível em: <http://www.worldtourism.org/statistics/tsa_project/basic_references/index-sp.htm>. Acesso em: 18 fev.
- OYARZÚN, Edgardo M. & CARCAMO, Carolina Galaz. (Org.). 2001. *Análisis de la red agroturismo Chiloe*. Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas.
- POLANY, Karl. 2000. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- POLANY, Michel. 1983. *The tacit dimension*. Gloucester, MA: Peter Smith.
- ROHMANN, Chris. 2000. *O livro das idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Campus.
- SACHS, Ignacy. 2003. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamont.
- . 1986. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- SAMPAIO, Carlos A. C. 2008. *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Mimeo.
- . 2005. *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC.
- . 2004. El turismo como fenómeno histórico. *Estudios y Perspectivas del Turismo*, v.13, p. 290-300.
- . 2002. *Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios*. Florianópolis: Bernúncia.
- . 2000. *Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável*. Itajaí: UNIVALI.
- , BERBERI, André & DREHER, Marialva. 2006. Arranjo socioproductivo local de base comunitária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE – ANPPAS, 3. *Anais ...*, Brasília.
- SCHAERER, Jorge; DIRVEN, Martine. 2001. *El turismo rural en Chile*. CEPAL, Serie Desarrollo Productivo, n. 112.
- SCHEYVENS, Regina. 1999. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, v. 20, p. 245-249.
- SEN, Amartya. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENGE, Peter. 2001. *A quinta disciplina*. São Paulo: Best Seller.
- SINGER, Paul. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- TORESAN, Luiz; MATTEI, Lauro & GUZZATTI, Thaise. 2002. *Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar*. Florianópolis: Instituto Cepa.
- TOYNBEE, Arnold. 1987. *Um estudo da história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fontes.
- TUAN, Yi-fu. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL.
- WEBER, Max. 1999. *Economia e sociedade: fundamentada sociologia compreensiva*. Brasília: UnB.

Recebido em: 11/09/2006 (1ª versão); 16/02/2007 (2ª versão).

Aprovado em: 12/04/2007.